ALERTA EPIDEMIOLÓGICO/COORDESP/SES-MA Nº 6

Data: 03/09/2026

Rede CIEVS: Vigilância, Alerta e Resposta em Emergências em Saúde Pública

Alerta: Às Secretarias Municipais de Saúde; gestores e profissionais de vigilância em saúde; atenção primária à saúde; rede de assistência à saúde; Núcleos Hospitalares de Epidemiologia (NHE) e demais serviços de saúde

Assunto: Potenciais impactos do El Niño a saúde e orientações as secretarias municipais de saúde do Maranhão

1. Situação atual

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) informa que o atual episódio de El Niño teve início em junho de 2026 e deve persistir, pelo menos, até março de 2027. A atualização publicada em 14 de agosto de 2026, com base na previsão da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, do inglês National Oceanic and Atmospheric Administration), aponta probabilidade igual ou superior a 90% de ocorrência de um El Niño muito forte nos trimestres setembro-outubro-novembro, outubro-novembro-dezembro e novembro -dezembro-janeiro.

Para as regiões Norte e Nordeste, a projeção oficial indica possibilidade de chuvas mais irregulares e com totais abaixo da média a partir de outubro. Considerando que o Maranhão integra a Região Nordeste e apresenta áreas de transição entre diferentes condições climáticas e ambientais, essas tendências não devem ser interpretadas de forma homogênea para todo o território estadual. Nesse contexto, o cenário requer atenção para a possível ocorrência de calor intenso, baixa umidade, estiagem, queimadas e fumaça, redução da disponibilidade de água e seus potenciais impactos sobre as comunidades e os serviços de saúde. Para subsidiar o planejamento e a adoção de medidas pelos municípios, as tendências climáticas regionais devem ser analisadas em conjunto com boletins, avisos meteorológicos e dados atualizados referentes a cada território (INMET, 2026).

O Centro-Norte do Brasil, incluindo áreas do Norte e Nordeste, as previsões indicam maior probabilidade de precipitação abaixo da média e temperaturas acima do normal climatológica nos próximos meses. A combinação de menor precipitação e temperaturas elevadas pode favorecer estiagem, redução da disponibilidade hídrica, aumento do risco meteorológico de fogo e ocorrência de ondas de calor (INMET, 2026).

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) destaca que, em cenários de El Niño moderado a intenso, o aumento das ondas de calor pode ampliar os impactos sobre a população e, conforme as condições locais de seca, elevar o risco de incêndios.

Esses efeitos devem ser considerados como possibilidades para planejamento e preparação, com acompanhamento contínuo de avisos e boletins oficiais.

IMPORTANTE: as previsões climáticas são probabilísticas. Os impactos não ocorrerão de forma uniforme em todo o Estado. Cada município deve acompanhar continuamente os boletins e alertas oficiais e ajustar as medidas conforme o risco e as condições do território.

2. Principais riscos para a saúde

Condição associada	Possíveis repercussões sanitárias
Calor intenso e baixa umidade	Desidratação, cãibras, síncope, exaustão térmica, insolação/golpe de calor, lesão renal aguda e agravamento de doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, metabólicas e neurológicas.
Queimadas e fumaça	Irritação ocular e das vias aéreas, piora de asma, bronquite e DPOC, aumento de eventos cardiovasculares e respiratórios, queimaduras, traumas e maior procura por atendimento.
Escassez ou deterioração da água	Doenças diarreicas agudas, hepatite A, dermatoses, desidratação, comprometimento da higiene e risco de surtos relacionados à água e aos alimentos.
Armazenamento domiciliar de água	Aumento de recipientes com água parada e de criadouros do Aedes aegypti, elevando o risco de dengue, chikungunya e zika na sazonalidade 2026/2027.
Seca e perdas produtivas	Insegurança alimentar e nutricional, desnutrição, interrupção de tratamentos, sofrimento mental e psicossocial, ansiedade, depressão, uso prejudicial de álcool e outras drogas e risco de deslocamentos.
Alteração de habitats	Maior contato da população com serpentes, escorpiões, aranhas e outros animais peçonhentos, especialmente em áreas rurais, periurbanas e atingidas por queimadas.
Impactos gestacionais e perinatais	Calor extremo e exposição à fumaça estão associados a maior risco de desfechos adversos, como parto prematuro, baixo peso ao nascer e complicações gestacionais.
Interrupção de serviços e rotas	Dificuldade de acesso, atraso em remoções e diagnósticos, falta de água ou energia, comprometimento da rede de frio, desabastecimento e descontinuidade do cuidado.
Sobrecarga dos serviços de saúde	Aumento simultâneo da demanda por atendimentos relacionados ao calor, doenças respiratórias, arboviroses, doenças diarreicas, acidentes e outros agravos, podendo pressionar a capacidade instalada da rede.

3. Populações que requerem atenção prioritária

- Crianças especialmente menores de cinco anos e pessoas idosas;
- Gestantes, puérperas, recém-nascidos e lactentes;
- Pessoas com doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, metabólicas, neurológicas ou transtornos mentais;
- Pessoas com deficiência, acamadas, com mobilidade reduzida ou que dependam de tratamento contínuo, oxigenoterapia, diálise ou equipamentos elétricos essenciais à manutenção da saúde ou da vida;
- Povos indígenas, comunidades quilombolas, rurais, ribeirinhas, do campo, da floresta e das águas;
- Pessoas em situação de rua, famílias em insegurança hídrica ou alimentar e moradores de áreas isoladas;
- Trabalhadores expostos ao calor e à fumaça, incluindo trabalhadores rurais, brigadistas, bombeiros e equipes de resposta.

4. Medidas imediatas recomendadas aos municípios

4.1 À Gestão Municipal de Saúde - Ativar a coordenação de resposta

Definir ponto focal municipal para acompanhamento dos riscos e eventos relacionados às condições climáticas; atualizar os contatos institucionais; e revisar, no plano ou fluxo local, as responsabilidades das áreas envolvidas, os canais de comunicação e os critérios para intensificação ou ativação da resposta, conforme os alertas e impactos observados no território.; e promover a articulação entre Vigilância em Saúde, Atenção Primária à Saúde, assistência hospitalar, SAMU, regulação, assistência farmacêutica, saúde ambiental e demais áreas estratégicas.

4.2 À Vigilância em Saúde -Monitorar os alertas e os riscos no território

Acompanhar diariamente os alertas e informações oficiais relacionados às condições climáticas e ambientais, avaliando seus impactos no território. Intensificar a vigilância de agravos relacionados ao calor, fumaça, desidratação, doenças respiratórias e cardiovasculares, DDA, arboviroses, acidentes por animais peçonhentos e demais eventos de saúde pública, com investigação oportuna de surtos, aumentos inesperados e situações incomuns, assegurando a comunicação conforme os fluxos oficiais vigentes, inclusive às instâncias regionais e estaduais, quando aplicável.

4.3 À Atenção Primária à Saúde - Identificar e acompanhar pessoas e territórios vulneráveis

Mapear famílias, comunidades e grupos em maior vulnerabilidade aos efeitos de eventos climáticos, priorizando crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, acamados, pessoas com deficiência e usuários dependentes de medicamentos ou equipamentos de suporte à vida. Reforçar busca ativa, visitas domiciliares, hidratação, continuidade do cuidado, uso adequado de medicamentos e orientações sobre sinais de alerta, de acordo com o nível de risco identificado.

4.4 À Rede de Urgência, Hospitais e Núcleos Hospitalares de Epidemiologia (NHE) – Preparar a resposta assistencial

Orientar as equipes para o reconhecimento precoce e o atendimento dos agravos relacionados ao calor, à exposição à fumaça, à desidratação e às doenças respiratórias e cardiovasculares; revisar os fluxos de atendimento, referência e contrarreferência; e avaliar a disponibilidade de leitos, transporte sanitário e insumos. Os NHE devem acompanhar aumentos inesperados de atendimentos, internações e óbitos relacionados aos riscos descritos neste alerta e comunicar os achados à vigilância municipal, conforme os fluxos vigentes.

4.5 À Gestão dos estabelecimentos de saúde – Garantir a continuidade dos serviços essenciais

Verificar a disponibilidade de água potável, energia elétrica, geradores, oxigênio, climatização, comunicação, rede de frio, transporte, medicamentos, soros, hipoclorito, equipamentos de proteção individual (EPI) e insumos laboratoriais, mantendo estoques estratégicos e alternativas para reposição em situações de interrupção ou dificuldade de acesso.

4.6 À Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental e Controle de Endemias – Reforçar água segura e prevenção de arboviroses

Intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano, orientar quanto ao armazenamento seguro e acompanhar e corrigir situações de não conformidade. Reforçar as ações de eliminação de criadouros e controle vetorial, priorizando áreas de maior risco e realizando as medidas de bloqueio diante da identificação dos primeiros casos de arboviroses, conforme protocolos e diretrizes vigentes do Ministério da Saúde.

4.7 À Gestão Municipal e à Comunicação em Saúde – Comunicar o risco de forma oportuna à população

Divulgar informações claras, acessíveis e territorializadas sobre hidratação, proteção contra calor e exposição à fumaça, uso seguro da água, prevenção de arboviroses, sinais de alerta e procura oportuna dos serviços de saúde.

Utilizar diferentes estratégias e canais de comunicação, incluindo unidades de saúde, ACS, ACE, rádios locais, lideranças comunitárias, escolas, redes sociais e canais oficiais da gestão municipal.

Fontes de busca: INMET, SEMA, Defesa Civil, CEMADEN, ANA/Monitor de Secas, INPE/Programa Queimadas e os painéis do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde registrando mudanças de risco por território.

4.8 Recomendação transversal – Aos gestores municipais e responsáveis pelos estabelecimentos de saúde

Recomenda-se que os municípios e estabelecimentos de saúde mantenham atualizado e operacional um plano de contingência para interrupções simultâneas de serviços essenciais, especialmente energia elétrica, abastecimento de água e comunicação, contemplando fontes alternativas, estoques estratégicos, rotas de abastecimento, manutenção de geradores e equipamentos críticos e fluxos para transferência ou continuidade da assistência. A medida deve ser priorizada em municípios isolados, áreas de difícil acesso e territórios com maior vulnerabilidade e dificuldade de reposição de insumos.

5. Atenção aos sinais de gravidade

- Confusão mental ou outra alteração do estado mental, convulsões, perda de consciência, temperatura corporal muito elevada, pele muito quente, falta de ar importante, dor no peito, cianose, sinais de desidratação grave, redução acentuada da urina ou piora súbita de doença crônica;
- Suspeitar de golpe de calor diante de alteração neurológica associada à exposição ao calor; iniciar medidas de resfriamento e suporte conforme protocolo assistencial, sem atrasar a transferência quando necessária;
- Em situações de fumaça: dificuldade respiratória importante, dor torácica, alteração do nível de consciência, cianose ou agravamento rápido de doença respiratória ou cardiovascular também devem ser considerados sinais de alerta.

Comunicar imediatamente à Vigilância Municipal, à Regional de Saúde e à COORDESP/SES-MA:

Aumento incomum de atendimentos, internações ou óbitos; suspeita de surto ou evento de saúde pública; interrupção ou risco de descontinuidade de água, energia, comunicação, oxigênio ou insumos; comunidades isoladas ou grupos vulneráveis sem acesso aos serviços; queimadas ou fumaça com repercussão sanitária; escassez ou alteração da qualidade da água; ou necessidade de apoio técnico, assistencial, laboratorial ou logístico.

Recomenda-se também comunicar situações em que a capacidade de resposta municipal esteja próxima do limite, permitindo antecipar o acionamento de apoio regional ou estadual.

CONTATO ESTADUAL: Coordenação das Emergências em Saúde Pública - COORDESP/SES-MA
E-mail: emergenciaemsaude@saude.ma.gov.br

Referências

ANA. Cenário dos rios, reservatórios e da seca no contexto do El Niño. Publicado em 31 jul. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias-periodo-eleitoral-2026/ana-apresenta-cenario-dos-principais-rios-e-reservatorios-do-brasil-e-da-seca-no-contexto-do-fenomeno-climatico-el-nino

CEMADEN. Nota Técnica nº 427/2026 – El Niño 2026/2027. Brasília, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/cemaden-emite-nota-tecnica-sobre-o-el-nino-2026-2027/sei_mcti-13652591-nota-tecnica-el-nino-2026-cemaden.pdf/view

BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas para profissionais da saúde: guia de bolso. 2ª ed. rev., 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2026/mudancas-climaticas-para-profissionais-de-saude-guia-de-bolso.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Informativa nº 10/2026-CGARB/DEDT/SVSA/MS - alerta sobre arboviroses e El Niño 2026/2027. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-e-notas-informativas/2026/nota-informativa-no-10-2026-cgarb-dedt-svsa-ms.pdf/view

BRASIL. Ministério da Saúde. Impactos dos incêndios florestais na saúde e orientações sobre exposição à fumaça. Publicado em 21 jul. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/julho/ministerio-da-saude-monitora-impactos-dos-incendios-florestais-na-saude-e-orienta-populacao-sobre-exposicao-a-fumaca

INMET. Segundo a NOAA, El Niño pode ser o mais intenso desde 1950. Publicado em 14 ago. 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/noticias/segundo-a-noaa-el-ni%C3%B1o-pode-ser-o-mais-intenso-desde-1950

INMET et al. Painel El Niño 2026/2027 - Boletim nº 2. Publicado em 31 jul. 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Painel-El-Ni%C3%B1o-Junho_final.pdf

SEMA/MA. Governo se prepara para a temporada do Maranhão Sem Queimadas. Publicado em 25 maio 2026. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/noticias/governo-se-prepara-para-mais-uma-temporada-do-maranhao-sem-queimadas

Supervisão Geral

Secretária Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – Em exercício - SAPAPVS
Mayra Nina Araujo

Gerente de Epidemiologia e Controle de Doenças - Em exercício - GEREPCD
Monique Pinheiro Maia Silva

Coordenadora das Emergências em Saúde Pública – COORDESP
Maria da Conceição Moreira Monteiro

Elaboração Técnica
Flávia Jayne Damasceno Oliveira
Responsável Técnica do Vigilância em Saúde dos Riscos Associados a Desastres/COORDESP/GEREPCED/SAPAPVS/SES/MA

Djayna Serra Nunes
Apoiadora Ministério da Saúde

Colaboração
Jakeline Maria Trinta Rios
Responsável Técnica do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS/MA

Revisão Técnica
Emile Danielly Amorim Pereira
Apoiadora Ministério da Saúde REVEH/COORDESP/GEREPCED/SAPAPVS/SES/MA